

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	45
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	47
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	48
10.5 - Políticas contábeis críticas	54
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	56
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	57
10.8 - Plano de Negócios	58
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porque está em fase de formalização nos termos do Regulamento do Novo Mercado, mas adota práticas e controles e para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos aos quais está exposta em decorrência de suas operações e atividades.

Conforme descrição nos próximos itens deste capítulo do Formulário, a Companhia possui uma estrutura de controles internos alinhados à sua estrutura organizacional, complexidade das operações e porte, levando-se em consideração principalmente as práticas contábeis, operacionais e seus registros auxiliares. Aliados a um sistema de informação integrado (ERP), a Companhia possui processos desenhados, práticas e políticas que têm como objetivo assegurar que todas as transações e demais eventos que impactam seus negócios de forma significativa estejam refletidos adequadamente em suas demonstrações financeiras.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As práticas adotadas para o gerenciamento de riscos, buscam estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz. A Companhia busca analisar os riscos e definir estratégias para gerenciar os possíveis impactos sobre o seu desempenho.

i. Riscos para os quais se busca proteção

De maneira resumida, os principais riscos aos quais a Companhia pode estar exposta e que busca gerir, mitigar e proteger envolvem:

- Negócio: a incerteza das variáveis intrínsecas ao negócio, como a possibilidade de não inaugurar lojas com sucesso ou não conseguir manter ou aumentar as vendas de seus produtos no canal de atacado;
- Mercado: a incerteza das variáveis de mercado, como por exemplo, preços, juros e taxas de ativos financeiros, dentre outros;
- Crédito: a possibilidade de que diversas contrapartes não honrem suas obrigações e compromissos;
- Liquidez: a possibilidade de a Companhia ser incapaz de honrar seus compromissos e obrigações financeiras nos respectivos vencimentos, ou ainda, de haver restrições no mercado para obtenção de recursos e financiamento para suas atividades;
- Regulatórios, legais e políticos: a necessidade frequente de licenciamentos ambientais, a constante fiscalização regulatória, fiscal, trabalhista e ambiental, bem como a possibilidade de alteração ou criação de normas por órgãos reguladores, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios da Companhia em cada jurisdição;
- Operacionais: a possibilidade de perdas resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos ou de sistemas, o que inclui ainda os riscos ambientais, sociais ou relacionados a fraudes;
- Reputacionais: potencial impacto negativo no valor da Companhia resultante da condução das atividades abaixo das expectativas criadas pelas diversas partes interessadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

ii. Instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, a Companhia adota as seguintes práticas, controles e políticas para o gerenciamento de seus riscos:

- Mapa e matriz de riscos: A Companhia possui um mapa e uma matriz de riscos que contém uma descrição de riscos aos quais ela está sujeita, bem como sua classificação, ações de controle, gráficos e outras informações relevantes necessárias para o monitoramento de tais riscos.
- Política de gestão de riscos: A Companhia possui uma política que, embora em desenvolvimento e não formalmente aprovada, já vem sendo aplicada por determinados departamentos da Companhia. O objetivo de referida política é uniformizar práticas do gerenciamento de riscos, para minimizar ameaças e incertezas que possam impactar na tomada de decisão, estratégia, resultados e sustentabilidade das operações. A política suporta áreas de negócio na identificação de vulnerabilidades e no controle de seus processos.
- Código de Conduta e Ética: A Companhia desenvolveu e adota um Código de Conduta e Ética cuja finalidade é transmitir de forma clara os valores, princípios, condutas e diretrizes que devem orientar o comportamento de todos os seus colaboradores, independentemente do nível hierárquico. O Código de Conduta e Ética procura gerenciar riscos gerais e específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses, relações com órgãos governamentais, padrão de conduta com clientes e fornecedores, práticas anticorrupção, confidencialidade, proteção ao meio ambiente, dentre outras. Todo o colaborador da Companhia deve ler o Código de Ética e preencher termo de compromisso e responsabilidade, que é arquivado em seu prontuário.
- Canal de denúncias: A Companhia possui um canal de denúncias gerenciado por empresa terceirizada para reporte de denúncias e críticas em relação a possíveis condutas que violem o seu Código de Conduta e Ética e/ou a legislação vigente. O chamado "Canal Confidencial" pode ser acessado por telefone e online, por meio de website específico. As denúncias, que podem ser feitas anonimamente, são analisadas primeiramente pela empresa terceirizada e, posteriormente, encaminhadas ao Comitê de Ética formado pelo departamento de Recursos Humanos e Presidência da Companhia para apuração e encaminhamento. A depender do assunto, o departamento de Auditoria Interna da Companhia também pode ser comunicado para auxiliar nas apurações.
- Treinamentos: A Companhia oferece aos seus colaboradores treinamentos envolvendo uma série de temas pertinentes ao desenvolvimento de suas atividades, inclusive conduta e ética. A Companhia arquivava os materiais utilizados nos treinamentos.
- Contratação de Terceiros: A Companhia possui um Manual do Fornecedor, que define práticas, políticas, padrões de conduta e comportamentos (em complementação aos exigidos pela lei brasileira e pelo respectivo contrato) a serem observados por seus fornecedores (inclusive empregados e subcontratados), quando em relacionamento direto ou indireto com a Companhia. O Manual do Fornecedor prevê diretrizes relacionadas a práticas trabalhistas, proteção ao meio ambiente, integridade, conflito de interesses, dentre outras. O fornecedor também deve assinar um termo, por meio do qual declara que irá cumprir as disposições do Manual do Fornecedor, e que tem ciência de que violações ao Manual, políticas ou ao Código de Conduta e Ética da Companhia estão sujeitas a medidas disciplinares. Ademais, a Companhia contrata empresa terceirizada para conduzir auditoria formal de seus fornecedores, com o objetivo de verificar o cumprimento de suas obrigações (fiscais, trabalhistas, éticas etc.).
- Termo de identificação de partes relacionadas: A Companhia distribui anualmente termos para todos os seus coordenadores, gerentes e diretores solicitando informações com o objetivo de monitorar potenciais conflitos de interesse e assegurar que todas as transações com partes relacionadas sejam conduzidas de maneira transparente. O departamento de Auditoria Interna revisa os termos e apura as situações em que as respostas são positivas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Adoção de medidas disciplinares: Caso seja constatada determinada conduta considerada inadequada, a Companhia adota medidas disciplinares cabíveis, que incluem advertência, suspensão e demissão.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Com o objetivo de fortalecer seu sistema de controles internos e gerenciamento de riscos, a Companhia possui a seguinte estrutura:

- Comitê de Auditoria e Riscos (quando instalado):

Conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia (vigente até dezembro de 2018), o Comitê de Auditoria e Riscos era um órgão colegiado composto por 4 (quatro) integrantes (membros do Conselho de Administração ou terceiros), com funções técnicas e consultivas, e cuja principal atribuição é assessorar e instruir o Conselho de Administração.

Dentre outras funções, compete ao Comitê de Auditoria e Riscos analisar e acompanhar:

- (i) Trabalhos dos auditores internos;
- (ii) Trabalhos dos auditores externos; e
- (iii) Políticas de risco, compliance, seguros, sistemas e TI.

- Área de Prevenção de perdas

Composta por equipe interna cujas principais atividades envolvem prevenção de perdas em itens de estoques em lojas, fabricas e CD's.

- Conselho de Administração:

O Conselho de Administração é composto atualmente por 6 membros, sendo 1 independente e dentre as funções compete ao Conselho:

- (i) Exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não seja da competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;
- (ii) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (iii) Eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (iv) Atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada;
- (v) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia
- (vi) Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia
- (vii) Escolher e destituir os auditores independentes
- (viii) Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- (ix) Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; e
- (x) Aprovar os orçamentos anuais da Companhia e suas respectivas alterações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Para mais informações sobre o Conselho de Administração, vide item 12.1 deste Formulário de Referência.

Os departamentos da Companhia são responsáveis por identificar e analisar os riscos a elas relacionados para definir as estratégias para gerenciar o impacto destes sobre o seu desempenho. Como exemplo, é possível mencionar as reuniões periódicas realizadas entre o departamento Fiscal da Companhia e consultores trabalhistas e fiscais, com o objetivo de monitorar eventuais novidades legislativas. A Companhia acredita que essa estrutura integrada permite incrementar a habilidade da administração para avaliar os riscos associados ao negócio mediante o exercício de suas atribuições. Dessa forma, a Companhia entende que o monitoramento de riscos e controles internos é realizado de maneira satisfatória e adequada por seus órgãos administrativos e comitê interno.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que a sua estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve por meio da participação efetiva das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna, Prevenção de Perdas e de sua Diretoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) Política de gerenciamento de riscos financeiros**

A Companhia analisa cada risco individualmente e como um todo para definir as estratégias para gerenciar o impacto financeiro sobre o seu desempenho de acordo com a sua política de gestão de riscos financeiros, estabelecida pela Diretoria Financeira. O principal objetivo é estabelecer diretrizes, limites, atribuições e procedimentos a serem adotados nos processos de contratação, controle, contabilização, avaliação e monitoramento de transações financeiras que envolvem riscos.

Dentre outros, a política de gestão de riscos financeiros:

- (i) definiu limites para aplicações dos recursos em instituições financeiras, tipos de papéis etc., baseado em ratings emitidos por agências especializadas;
- (ii) definiu políticas de proteção e contratação de instrumentos financeiros; e
- (iii) definiu indicadores financeiros.

(b) Objetivos e estratégias da política de riscos de mercado**(i) Riscos para os quais se busca proteção**

Conforme mencionado no item 4.2 deste Formulário de Referência, a Companhia está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas operações, dentre os quais considera mais relevantes os seguintes: (i) exposição a variações de taxas de juros; e (ii) exposição a variações de taxas de câmbio.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia da Companhia de proteção patrimonial para os riscos envolve: (i) a celebração de instrumentos de proteção (swaps) operações de hedge se julgar necessário, no valor nominal líquido de sua exposição cambial com empréstimos e financiamentos e importações realizadas e ou a realizar.

(iii) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

Conforme definido na política, a Companhia poderá utilizar de instrumentos de proteção (swaps). Para oferecer proteção contra a exposição ao risco de incremento nas taxas de juros relacionadas a variações de taxas de juros e variação de moeda.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Nos termos da política de gestão de riscos financeiros, para gerenciamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta, deve o Diretor Financeiro (i) com relação à exposição a variações de taxas de juros, monitorar e avaliar periodicamente (mínimo trimestralmente) as variações nas taxas de juros e nos índices de atualização; (ii) com relação à exposição a variações de taxas de câmbio, manter um controle consolidado e realizar uma análise de sensibilidade pelo menos trimestralmente para determinar o grau de exposição da Companhia; (iii) com relação à exposição a riscos de crédito, monitorar mensalmente o enquadramento dos limites estabelecidos na política de gestão de riscos financeiros.

Os principais limites adotados pela Companhia a serem monitorados são:

- a. Obtenção de qualquer financiamento e/ou empréstimos não previstos em orçamento, com valores superiores R\$ 30 milhões se faz necessária aprovação do Conselho de Administração prévia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- b. Prestar garantias e obrigações de suas controladas e ou subsidiárias integral cujo valor seja superior a R\$ 3,0 milhões se faz necessária aprovação do Conselho de Administração;
- c. Aplicações financeiras: Não há um limite definido formalmente por banco, mas mensalmente a composição das aplicações financeiras são submetidas a apreciação do Conselho de Administração;
- d. Trimestralmente calcula-se sensibilidade de taxa de juros (CDI), Libor e exposição cambial;
- e. Contratação do hedge de importações a realizar no limite das importações previstas: se não estiver previsto no orçamento, necessita aprovação do Presidente e do Conselho de Administração. Para a contratação de hedge da exposição realizadas não se faz necessária a aprovação do Conselho; e
- f. Acompanhamento mensal do indicador de atendimento aos *covenants* financeiros dos contratos de empréstimos/financiamentos e Debêntures. Apresentação em reunião de Conselho para monitoramento.

(v) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A política de gestão de riscos financeiros estabelece diretrizes, limites, e alçadas para monitoramento contínuo da exposição a riscos da Companhia. Os principais limites adotados pela Companhia forma mencionados no tópico (iv) desta seção.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos está indicada no item 5.1(iii) deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os riscos são monitorados periodicamente pela Diretoria Financeira. O monitoramento pode ser realizado de forma amostral. Ajustes e eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados pelos administradores à medida que são considerados necessários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências

A Companhia possui uma estrutura de controles internos alinhados à sua estrutura organizacional, conforme descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

O registro das operações é efetuado por um sistema integrado de gestão empresarial e planejamento de recurso corporativo transacional, denominado Linx que em conjunto com o sistema Virtual Age para manufaturas e o sistema Sênior para folha de pagamento, captura o processamento das transações da Companhia. Estes recursos possibilitam à Companhia integrar todos os seus dados e processos em um único sistema.

Com relação à realização de pagamentos por produtos ou serviços, é necessário que um pedido de compra aprovado pelas alçadas pertinentes seja inserido no sistema integrado da Companhia. Quando do recebimento da nota fiscal, é realizada comparação de tal documento com o pedido de compra para verificação de regularidade e registro no sistema da Companhia.

A Companhia possui uma estrutura de Auditoria Interna e Prevenção de Perdas, que avalia os processos críticos e atua com base nas diretrizes de governança corporativa, verificando sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia. Eventuais casos de erro, fraude ou qualquer evento que possa causar danos ao patrimônio da Companhia e/ou tragam algum impacto significativo nas demonstrações financeiras também são monitorados.

A área de Auditoria Interna e Prevenção de Perdas também realiza mapeamento de riscos e controles operacionais, com base em estratégias alinhadas com a Administração. A Companhia dispõe dos seguintes elementos básicos utilizados para a manutenção e monitoramento da adequação de seus níveis de controles internos:

- Auditoria em operações de loja (com foco em estoque e financeiro);
- Desenvolvimento de indicadores de risco para processos críticos;
- Realização de treinamentos de colaboradores; e
- Estruturação de políticas e procedimentos para processos operacionais relevantes e contagens físicas independentes.

Ademais, conforme indicado no item 5.1(b)(ii) acima, de forma complementar às práticas de controle interno acima citadas, a Companhia adota um canal confidencial para denúncias, que a auxilia na identificação de comportamentos não alinhados com a sua estratégia, visando à correção imediata de eventuais desvios e à prevenção a possíveis transgressões éticas, a exemplo de fraudes e corrupção.

Ainda, quando instalado, a Companhia conta com um Comitê de Auditoria responsável por revisar e encaminhar para aprovação do Conselho de Administração: demonstrações financeiras, carta de controles internos, pareceres e relatórios de revisão dos auditores externos. O Comitê de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Auditoria também revisa e monitora os trabalhos do departamento de Auditoria Interna.

Com relação às demonstrações financeiras, cada departamento da Companhia é responsável por realizar suas próprias conciliações e envia-las a Contabilidade. Posteriormente, as informações são revisadas pelo departamento de Contabilidade, controladoria, pela Diretoria Financeira, e então pela Presidência, sendo os resultados são submetidos mensalmente ao Conselho que os discute através de reuniões presenciais. Os resultados são trimestralmente revisados por auditores externos, submetidos ao Comitê de Auditoria e, por fim, apresentados ao Conselho de Administração para aprovação.

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno capaz de gerar as suas demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

(b) Estrutura organizacional envolvida

A estrutura organizacional é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria (quando instalado), Diretor Presidente, Diretoria Financeira e área de Auditoria Interna e de Prevenção de Perdas, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração da Companhia toma decisões colegiadas, cuja vontade é expressa mediante deliberação e voto da maioria dos Conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na administração.

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração:

- fixar as orientações gerais dos negócios da Companhia; deliberar sobre a política de gestão de riscos financeiros; fiscalizar a gestão da diretoria e dos diretores;
- escolher e destituir auditores independentes; e determinar regras específicas relativas à remuneração.

Diretor Presidente – CEO:

Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além de exercer as funções, atribuições e poderes a ele conferidos pelo Conselho da Administração.

Comitê de Auditoria (Quando Instalado)

O Comitê de Auditoria e Riscos é um órgão colegiado com funções técnicas e consultivas e cuja principal atribuição é assessorar e instruir o Conselho de Administração.

Diretoria Financeira:

Compete ao Diretor Financeiro:

- coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; apresentar trimestralmente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras com os relatórios e parecer dos auditores independentes e suas respectivas recomendações;
- administrar a gestão do caixa e operações de tesouraria (aplicações e captações) de acordo com as políticas de gestão de riscos financeiros; validar a carta de controles internos emitida pelos auditores e submetê-la ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

emitir e aprovar instruções e regulamentos internos aplicáveis;

- supervisionar, monitorar e encaminhar as diretrizes para as áreas de Auditoria Interna e Prevenção de Perdas, Contabilidade, Fiscal e Jurídica.

Auditoria Interna e Prevenção de perdas:

A área de Auditoria Interna e Prevenção de Perdas:

- auxilia na identificação, formalização e avaliação dos processos críticos; atua com base nas diretrizes definidas pela Administração e Diretoria Financeira;
- verifica a conformidade das políticas e normas adotadas pela Companhia, bem como eventuais casos de erro, fraude ou qualquer evento que possa causar danos ao seu patrimônio e tragam algum impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Essa área realiza mapeamento de riscos e controles operacionais, com base em estratégias alinhadas com a Administração.

A Companhia dispõe dos seguintes elementos básicos utilizados para a manutenção e monitoramento da adequação de seus níveis de controles internos: Auditoria em operações de loja (com foco em estoque e financeiro); e

Desenvolvimento de indicadores de risco para processos críticos, estruturação de políticas e procedimentos para processos operacionais relevantes e contagens físicas independentes.

No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, além do departamento financeiro, que é o departamento responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, participam deste processo as áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna e Prevenção de Perdas e a Diretoria da Companhia, que tem a responsabilidade de revisão final.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Administração da Companhia é responsável por: estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras, verificar se operações estão em conformidade com as políticas e/ou regras definidas; monitorar permanentemente o cumprimento às leis, normas e regulamentos; e auxiliar os controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão.

A estrutura de controles internos mencionados, aliados às revisões do Diretor Presidente, da Diretoria Financeira e de Planejamento Financeiro e do Conselho de Administração, além das aprovações individuais, colegiadas e consolidadas de todos os órgãos envolvidos, asseguram à Administração da Companhia que suas demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

O grau de eficiência dos controles internos é avaliado pela área de auditoria interna e pelo departamento orçamentário da Companhia, os quais são responsáveis por fiscalizar a atuação das demais áreas da Companhia e sua aderência ao orçamento e às políticas aprovados.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório de recomendações emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre os controles internos da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, identificou uma deficiência de controle tida Sobre o item (i), os auditores apontaram que A Companhia vem

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

empenhando esforços e realizando investimentos no sentido de aprimorar seu ambiente geral de tecnologia da informação, o qual apresenta histórico de deficiências, quanto aos controles gerais de T.I., relativos a concessão de acessos a dados e programas. Contudo, estas melhorias estavam em fase de implementação e não nos foi possível avaliar, até o encerramento dos trabalhos, o efeito de tais melhorias promovidas pela Companhia ao longo do exercício.

como significativa relacionada à área de Tecnologia da Informação (T.I.), onde são registradas as operações da Companhia a saber: (i) Controle de acessos a programas e dados.

Adicionalmente, a KPMG identificou outras deficiências de controle, consideradas como não significativas, de natureza contábil, fiscal e ao ambiente de tecnologia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

(i) Controle de acessos a programas e dados.

A Companhia realiza a revisão dos acessos anualmente. Em 2019 a revisão dos acessos foi realizada com os gestores das áreas em conjunto com a área de auditoria interna e consultoria especializada. Através deste trabalho foram revisados os perfis de acesso para cada cargo, o processo de concessão de acessos e gestão das mudanças realizadas.

Adicionalmente o processo de concessão de acessos passou a ser formalizado por meio de abertura de chamado e aprovação formal da Auditoria Interna. Desta forma entendemos que a Administração possui o procedimento implementado de revisão de acessos a programas e dados e um sistema de verificação periódica em vigor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia atua em conformidade com as leis relacionadas aos seus negócios e mantém um compromisso ético na realização de cada uma das suas atividades. A Companhia possui um Código de Conduta e Ética e um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta, não conformidades legais, fraudes e corrupção.

A Companhia possui uma estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, conforme descrita no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência, que busca mapear, avaliar, gerenciar e remediar os riscos aos quais a Companhia está sujeita. Eventuais casos de erro, fraude ou qualquer evento que possa causar danos ao patrimônio da Companhia e/ou tragam algum impacto significativo nas demonstrações financeiras também são monitorados.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

As áreas de Gestão de Risco e Controles Internos, Auditoria Interna e Prevenção de Perdas realizam avaliações periódicas dos temas a seguir relatados, de maneira independente e conforme as necessidades identificadas por cada área:

- Mapa e matriz de riscos: A Companhia possui um mapa e uma matriz de riscos que contém uma descrição de riscos aos quais ela está sujeita, bem como sua classificação, ações de controle, gráficos e outras informações relevantes necessárias para o monitoramento de tais riscos.
- Código de Conduta e Ética: A Companhia desenvolveu e adota um Código de Conduta e Ética cuja finalidade é transmitir de forma clara os valores, princípios, condutas e diretrizes que devem orientar o comportamento de todos os seus colaboradores, independentemente do nível hierárquico. O Código de Conduta e Ética procura gerenciar riscos gerais e, também, específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses e influências, relações com órgãos governamentais, padrão de conduta com clientes e fornecedores, práticas anticorrupção e antissuborno, confidencialidade, proteção ao meio ambiente, dentre outras. Todo o colaborador da Companhia deve ler o Código de Conduta e Ética e preencher termo de compromisso e responsabilidade, que é arquivado em seu prontuário.
- Canal de denúncias: A Companhia possui um canal de denúncias gerenciado por empresa terceirizada para reporte de denúncias e críticas em relação a possíveis condutas que violem o seu Código de Conduta e Ética e/ou a legislação vigente. O chamado "Canal Confidencial" pode ser acessado por telefone e online, por meio de website específico. As denúncias, que podem ser feitas anonimamente, são analisadas primeiramente pela empresa terceirizada e, posteriormente, encaminhadas ao departamento de Recursos Humanos e Presidência da Companhia para apuração e encaminhamento. A depender do assunto, o departamento de Auditoria Interna da Companhia também pode ser comunicado para auxiliar nas apurações.
- Treinamentos: A Companhia oferece aos seus colaboradores treinamentos envolvendo uma série de temas pertinentes ao desenvolvimento de suas atividades, inclusive conduta e ética. A Companhia arquivava os materiais utilizados nos treinamentos.
- Contratação de Terceiros: A Companhia possui um Manual do Fornecedor, que define práticas, políticas, padrões de conduta e comportamentos (em complementação aos exigidos pela lei brasileira e pelo respectivo contrato) a serem observados por seus fornecedores (inclusive empregados e subcontratados), quando em relacionamento direto ou indireto com a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Manual do Fornecedor prevê diretrizes relacionadas a práticas trabalhistas, proteção ao meio ambiente, integridade, conflito de interesses, dentre outras. O fornecedor também deve assinar um termo, por meio do qual declara que irá cumprir as disposições do Manual do Fornecedor, e que tem ciência de que violações ao Manual, políticas ou ao Código de Conduta e Ética da Companhia estão sujeitas a medidas disciplinares. Ademais, a Companhia contrata empresa terceirizada para conduzir auditoria formal de seus fornecedores, com o objetivo de verificar o cumprimento de suas obrigações (fiscais, trabalhistas, éticas etc.).

- Adoção de medidas disciplinares: Caso seja constatada determinada conduta considerada inadequada, a Companhia adota medidas disciplinares cabíveis, que incluem advertência, suspensão e demissão.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia possui uma estrutura organizacional de gerenciamento de riscos composta pelas áreas de Gestão de Risco e Controles Internos, Auditoria Interna e Prevenção de Perdas que monitoram o funcionamento e a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

Estas áreas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e suas respectivas atribuições estão descritas no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

As áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna e Prevenção de Perdas se reportam diretamente, ao Conselho de Administração da Companhia.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

O Código de Conduta e Ética da Companhia aplica-se a todos os seus administradores e colaboradores, bem como aos seus fornecedores de matérias primas e produtos acabados.

se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

Os administradores e colaboradores devem aderir formalmente ao Código de Conduta no momento inicial de sua contratação e sempre que o material for atualizado. Além disso, são realizados periodicamente treinamentos, ampliando a clareza dos colaboradores sobre seu cumprimento.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

Caso seja constatada determinada conduta considerada inadequada, a Companhia adota medidas disciplinares cabíveis, que incluem advertência, suspensão e demissão.

A Companhia também reserva o direito de não contratar serviços, não estabelecer relacionamento comercial ou rescindir o contrato com fornecedores de produtos e/ou serviços que violem os princípios estabelecidos no Código de Conduta e Ética.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Código de Conduta e Ética da Companhia não foi formalmente aprovado, estando em vigor desde 2012. O Código está disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de relações com investidores da Companhia (www.restoque.com.br).

(b) canal de denúncia

Ademais, de forma complementar às práticas de controle interno acima citadas, a Companhia adota um canal confidencial para denúncias, aberto ao recebimento de denúncias de empregados e de terceiros, que a auxilia na identificação de comportamentos não alinhados com a sua estratégia, visando à correção imediata de eventuais desvios e à prevenção a possíveis transgressões éticas, a exemplo de fraudes e corrupção.

Este é um canal independente e administrado por empresa especializada, sendo as informações captadas direcionadas para área de tratamento pertinente. Através desse mecanismo é assegurado o sigilo e anonimato dos denunciantes, reforçando a cultura de transparência e da boa-fé.

Os canais de denúncia da Companhia podem ser acessados via:

- Link "Canal Confidencial" no Portal Corporativo
- Através do telefone 0800-721-0749, de segunda a sexta das 09h às 17h
- Acessando o site: www.canalconfidencial.com.br/restoque

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Durante os processos de due diligence nessas operações, a Companhia adota procedimentos para identificar eventuais vulnerabilidades e práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido"

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adotou regras, procedimentos ou práticas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Item não aplicável, tendo em vista que não ocorreram modificações significativas recentes nos principais riscos de mercado aos qual a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes, referentes ao gerenciamento de riscos de mercado e controles internas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e nossas informações contábeis intermediárias consolidadas não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstração contábil intermediária (Pronunciamento técnico - CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas informações financeiras intermediárias e/ou demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha (i) em relação à receita líquida para os períodos/exercícios aplicáveis, quando da análise das demonstrações dos resultados; ou

(ii) em relação ao ativo total e/ou passivo total, nas datas aplicáveis, quando da análise do balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa Diretoria revisa regularmente as principais métricas de liquidez e operacionais descritas a seguir para avaliar nossos negócios.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
(Em milhares de R\$)	2019	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido	(192.996)	103.463	420.568
EBITDA	88.452	350.601	262.612
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	352.561	354.847	333.954

⁽¹⁾ Ajustes para eliminar os efeitos dos seguintes itens: (i) em 2017, houve R\$ 51,8 milhões de provisionamento ligados a realização de estoques de coleções passadas, R\$ 16,1 milhões de rescisões e indenizações trabalhistas decorrentes de redução de colaboradores administrativos e do fechamento de 2 unidades fabris, além de rescisões e multas contratuais com a redução pela metade da área do centro de distribuição em São Paulo; (ii) em 2018, houve R\$ 4,2 milhões de rescisões e indenizações trabalhistas decorrentes da redução de colaboradores administrativos e do fechamento de uma unidade fabril; e (iii) em 2019, houve R\$ 264,1 milhões de provisões em grande parte relacionadas a perdas de estoques (R\$163,4 milhões), devolução de vendas do atacado (R\$11,1 milhões) e encerramento da unidade internacional (R\$11,9 milhões)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Em milhares de R\$, exceto os índices)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Patrimônio líquido	2.282.314	2.225.873	2.146.495
Dívida Bruta ⁽¹⁾	1.272.762	1.099.296	1.012.912
Dívida Líquida ⁽²⁾	794.760	851.561	603.172
Caixa e equivalentes de caixa	478.002	247.735	409.740
Índice Dívida Líquida/(Dívida Bruta + Patrimônio líquido)	0,22	0,26	0,19
Dívida Líquida/EBITDA LTM Ajustado	2,25	2,40	1,81

⁽¹⁾ Soma de Empréstimos e Debêntures Circulante e Não Circulante. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Diferença entre Dívida Bruta e Caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

O ano de 2019 foi marcado como um período de transição, com intensa execução de estratégia para redução de vendas promocionais, conflitos de canais e sobras de coleção. Essa estratégia visa um modelo sustentável de operação e posicionamento das marcas, viabilizando crescimento de vendas *online*, no canal de atacado para lojas multimarcas e vendas a preço cheio no canal de varejo, permitindo a retomada do crescimento de receita a partir de 2020.

Essa estratégia implicou perda de receita anual de R\$ 369,3 milhões, sendo R\$ 203,7 milhões decorrentes de eliminações de vendas *online* para canais de terceiros e R\$ 179,0 milhões do varejo, devido à redução de atividade promocional.

A eliminação de R\$ 203,7 milhões de vendas online para canais de terceiros foi responsável por 55,2% da queda de receita de 2019. Esse foi um movimento difícil, mas importante para viabilizar o crescimento de nosso próprio canal *online* e a retomada de crescimento no canal atacado, reduzindo o conflito entre canais.

A administração da Companhia é sensível ao fato de que o impacto na receita, em função da estratégia adotada, é relevante e impacta o resultado operacional no curto prazo.

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi marcado pelo foco em posicionamento de marca, vendas a preço cheio, ganhos de margem bruta e rentabilidade da operação.

A Companhia realizou uma redução de 59,1% em descontos, fortalecendo o posicionamento de suas marcas. Não obstante, foram reduzidas 29 lojas na operação de varejo, concentrando o volume de clientes e buscando uma maior rentabilidade. A implementação deste plano resultou em "vendas em mesmas lojas" ("*Same Store Sales*" ou "*SSS*") positivo em 2,7% e um aumento de 6,4% na receita líquida por m² ("*Produtividade*"), mesmo com o significativo corte de vendas promocionais.

O indicador *Same Store Sales* é uma métrica utilizada pelo setor varejista para avaliar o total de vendas das lojas de uma companhia que estejam operando há pelo menos um ano. Desta forma, vendas de lojas abertas ou fechadas entre os dois períodos comparados são excluídas do cálculo, e o resultado baseia-se somente no crescimento orgânico das vendas. Também como consequência dessa estratégia, nossa margem bruta cresceu 6,2 p.p. atingindo 63,7%, quando comparado com o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018. Essa transformação de eficiência operacional foi impulsionada por um maior direcionamento de recursos das áreas administrativas para vendas, aumentando os investimentos de marketing e pessoal de loja.

Ao longo de 2018 foram realizados os seguintes projetos: (i) consolidação da operação fabril e integração da operação de corte e costura em 2 plantas; (ii) LiveRetail, sistema online de gestão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e operação; (iii) Revisão do sistema de remuneração de gerentes e vendedores; (iv) Reforço da equipe de lojas e visual merchandising; (v) implementação do Omnichannel, finalizado em 2019; e (vi) implementação de novo mobile Check-out de loja, sem a necessidade do uso do caixa e integrado ao sistema de CRM, finalizado em 2019.

Desta forma, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 103,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, apesar do impacto não recorrente de R\$ 18,2 milhões de variação cambial ligado ao cenário de maior volatilidade durante o período de eleições que ocorreu neste ano.

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi marcado pelo foco da administração na otimização da sua rentabilidade através da readequação do número de lojas, focando em lojas com potencial de ganho de produtividade. Com isso foram reduzidas 41 lojas de nossa base, e foram reforçados os times de vendedores das lojas remanescentes. A implementação deste plano resultou em um *SSS* positivo em 13,4% e um aumento de 22,0% na Produtividade.

Adicionalmente, continuamos o processo de integração entre a Companhia e sua subsidiária integral, a Dudalina S.A., que resultou em: (i) redução de cargos administrativos em 32,7%; (ii) racionalização de estrutura, reduzindo pela metade a área de seu centro de distribuição em São Paulo; e (iii) gestão unificada das operações Dudalina com a sede da Companhia em São Paulo. O *footprint* industrial foi consolidado com o fechamento de duas unidades fabris e a transferência da produção para outras três fábricas.

Ao longo deste ano, também aumentamos os investimentos em *Marketing*, de maneira destacada nas marcas Dudalina, Individual, Rosa Chá e no nosso canal de *e-commerce*. Com o retorno de reposicionamento da Rosa Chá a partir do quarto trimestre, a marca teve um ganho de Produtividade de 19,3%, com aumento de 5,5% na receita de *SSS*, sendo que período foi marcado pelo lançamento da coleção verão 2018, com novo visual de lojas e *mix* de produtos. Realizamos a reestruturação completa da equipe de representação de vendas e intensificamos os gastos de marketing, que passaram de 21,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 62,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 83,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

(b) Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a administração entende que a estrutura de capital da Companhia era adequada para o padrão de suas operações, conforme indicado na tabela abaixo:

Estrutura de Capital	Em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Capital de Terceiros ⁽¹⁾	2.001.774	46,7%	1.482.556	40,0%	1.544.452	41,8%
Capital Próprio ⁽²⁾	2.282.314	53,3%	2.225.873	60,0%	2.146.495	58,2%

⁽¹⁾ O capital de terceiros da Companhia é representado pela totalidade do passivo circulante e não circulante.

⁽²⁾ O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido consolidado.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia entende que o seu endividamento, associado à sua geração livre de caixa, é compatível com seus investimentos, despesas, juros e amortização das dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A Companhia gerou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 um EBITDA Ajustado de R\$ 352,6 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 um EBITDA Ajustado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de R\$ 354,8 milhões e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 um EBITDA Ajustado de R\$ 334,0 milhões. A relação Dívida Líquida sobre seu EBITDA Ajustado foi de 2,3x em 31 de dezembro de 2019, 2,4x em 31 de dezembro de 2018 e 1,8x em 31 de dezembro de 2017. A relação entre EBITDA Ajustado e dívida líquida é utilizada para indicar a capacidade de pagamento da Companhia em relação a seus compromissos financeiros.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes da Companhia foram empréstimos com instituições financeiras, emissão de debêntures e sua própria geração de caixa operacional. Para mais informação sobre os empréstimos e financiamentos ver item 10.1(f) e (g) deste Formulário de Referência.

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros por meio de empréstimos e de emissão de valores mobiliários de sua emissão, incluindo ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra de equipamentos e novas aquisições.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos da Companhia advêm do caixa gerado pelas operações, dos empréstimos e financiamentos e das emissões de debêntures e notas comerciais.

No entanto, a Companhia não pode garantir que os recursos provenientes da geração de caixa operacional, dos empréstimos e financiamentos captados junto a instituições financeiras e das debêntures emitidas até o momento serão suficientes para atender às necessidades de capital de giro e investimentos, considerando o plano de negócios na data deste documento.

Para a hipótese de eventuais coberturas de deficiência de liquidez, a Companhia poderá utilizar os mesmos recursos que já utiliza, ou seja, recursos oriundos de sua própria geração de caixa operacional, captação de empréstimos ou emissão de debêntures ou outros valores mobiliários no âmbito do mercado de capitais.

Em linha com sua estratégia e atenta às tendências de mercado, a Companhia avalia com frequência novas oportunidades de investimentos e poderá vir a financiar tais investimentos com o caixa e disponibilidades, com o caixa gerado pelas suas operações, com a captação de dívidas ou emissão de debêntures, com aporte de capital por parte dos acionistas ou pela combinação desses métodos.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas (incluindo descrição)

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos na visão consolidada:

	Em		
	31 de dezembro de		
(Em milhares de R\$)	2019	2018	2017

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos(*)	286.109	337.547	596.060
Debêntures	986.653	761.749	416.852
Total	1.272.762	1.099.296	1.012.912

(*) O saldo de empréstimos e financiamentos de 31/12/2019 não considera os saldos de arrendamento mercantil financeiro para melhor comparabilidade com os saldos de 31/12/2018, 2017 e 2016

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida da Companhia não estava exposta a variação cambial em dólares dos Estados Unidos, sendo contratados instrumentos de *swap* com juros baseados em percentual do CDI cobrindo totalmente as dívidas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, a situação da exposição continua a mesma, com exceção das operações de FINIMP contratadas no terceiro e quarto trimestre de 2017, que estão expostas a variação cambial de dólar. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta transação era zero.

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**Empréstimos****Empréstimo Direto (Finep)**

Instituição Financeira: Banco Bradesco S.A. Tomador: Dudalina S.A.

Valor: R\$ 10.893.243,97

Início: 11/07/2013 Término: 15/01/2021

Pagamento de Juros: mensal Pagamento do Principal: mensal

Saldo em 31/12/2019: R\$ 1.979.099,00

Empréstimo Direto**Cédula de Crédito Bancário nº 10192104**

Instituição Financeira: Banco Votorantim S.A.

Tomador: Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. Valor: R\$ 35.675.073,48

Início: 14/07/2017 Término: 15/03/2022

Pagamento de Juros: Semestral a partir de 15/01/2018 Pagamento do Principal: Semestral a partir de 15/01/2018

Saldo em 31/12/2019: R\$ 8.942.085,00

Empréstimo Direto**Cédula de Crédito Bancário nº 10194371**

Instituição Financeira: Banco Votorantim S.A.

Tomador: Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. Valor: R\$ 20.700.000,00

Início: 15/09/2017 Término: 15/03/2022

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Pagamento de Juros: Trimestral a partir de 15/12/2017 Pagamento do Principal: Trimestral a partir de 15/03/2018

Saldo em 31/12/2019: R\$ 8.894.621,00

Empréstimo Direto**Cédula de Crédito Bancário nº 10210449**

Instituição Financeira: Banco Votorantim S.A.

Tomador: Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. Valor: R\$ 40.000.000,00

Início: 30/01/2019 Término: 01/02/2021

Pagamento de Juros: Trimestral a partir de 30/07/2019 Pagamento do Principal: Trimestral a partir de 30/07/2019

Saldo em 31/12/2019: R\$ 30.865.105,00

Empréstimo Direto Externo**Fixed Rate Note nº 4127883**

Instituição Financeira: Santander (Brasil) S/A – Grand Cayman Branch Tomador: Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A.

Valor: USD 24.487.896,86

Início 12/09/2019 Término: 05/11/2020

Pagamento de Juros: Vencimento

Pagamento do Principal: Vencimento

Natureza: Fixed Rate Note (FRN)

Saldo em 31/12/2019: R\$ 102.184.164,00

Contratado Swap nº 4127883 de R\$ 100.000.000,00 corrigido por percentual do CDI.

Empréstimo Direto**Nota de crédito à exportação nº 5234818**

Instituição Financeira: Banco ABC Brasil S.A.

Tomador: Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. Valor: R\$20.000.000,00

Início: 10/01/2019 Término: 30/12/2020

Pagamento de Juros: Trimestral Pagamento do Principal: Trimestral

Saldo em 31/12/2019: R\$20.316.839,00

Empréstimo Direto Externo**Fixed Rate Note nº 4111498**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instituição Financeira: Santander (Brasil) S/A – Grand Cayman Branch Tomador: Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.

Valor: USD 26.730.820,64

Início: 22/05/2018 Término: 22/05/2020

Pagamento de Juros: Trimestral a partir de 22/08/2018 Pagamento do Principal: Trimestral a partir de 22/02/2019 Natureza: Fixed Rate Note (FRN)

Saldo em 31/12/2019: R\$ 33.562.557,00

Contratado Swap nº 4114525 de R\$ 100.000.000,00 corrigido por percentual do CDI.

Empréstimo Direto Externo**Fixed Rate Note nº 10201890**

Instituição Financeira: Banco Votorantim S.A.

Tomador: Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. Valor: USD 7.458.710,71

Início: 19/06/2018

Término: 15/06/2020 Pagamento de Juros: Semestral a partir de 21/11/2017 Pagamento do Principal: Semestral a partir de 21/11/2017

Natureza: Fixed Rate Note (FRN)

Saldo em 31/12/2019: R\$ 9.355.709,00

Contratado Swap nº 10201890 de R\$ 28.000.000,00 corrigido por percentual do CDI.

Empréstimo Direto**Cédula de Crédito Bancário nº 237/3380/2012**

Instituição Financeira: Banco Bradesco S.A.

Tomador: Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. Valor: R\$ 43.500.000,00

Início: 20/12/2019 Término: 06/12/2022

Pagamento de Juros: Semestral a partir de 22/06/2020 Pagamento do Principal: Semestral a partir de 22/06/2020

Saldo em 31/12/2019: R\$ 43.569.618,00

Empréstimo Direto**Cédula de Crédito Bancário nº 0428/19**

Instituição Financeira: Banco Pine S.A.

Tomador: Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. Valor: R\$ 30.000.000,00

Início: 25/11/2019 Término: 27/02/2020

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Pagamento de Juros: Vencimento

Pagamento do Principal: Vencimento

Saldo em 31/12/2019: R\$ 30.018.447,00

Principais cláusulas de vencimento antecipado, comuns aos contratos:**Covenants:**

Dívida Líquida Financeira / EBITDA menor ou igual de 2,5 a 3,5 vezes, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas anuais da Companhia.

Principais cláusulas de vencimento antecipado:

- Atraso ou falta de pagamento de qualquer obrigação de qualquer valor devido nos termos do contrato;
- Não cumprimento de qualquer obrigação prevista que não seja sanada no período previsto nos respectivos contratos, a contar de sua verificação;
- Legítimo protesto de título, que não seja sustado ou trânsito em julgado de qualquer ação judicial, que possa resultar na insolvência da Companhia;
- Se qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, formular pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência ou tiver requerida a sua falência ou insolvência;
- Se ocorrer a aquisição do controle acionário da Companhia ou qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, sofrer mudança no seu controle acionário direto ou indireto, que possa caracterizar a diminuição de sua capacidade de cumprir suas obrigações assumidas ou das garantias prestadas;
- Se houver liquidação, extinção e dissolução da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas;
- Descumprimento e/ou vencimento antecipado de qualquer contrato ou dívida junto ao credor ou qualquer outra empresa do seu grupo econômico;
- Ativos relevantes no todo ou em parcela substancial forem desapropriados, confiscados ou de outra forma encampados ou a custódia ou controle de tais bens for assumida por qualquer pessoa ou órgão que atue ou pretenda atuar sob poderes emanados de qualquer governo (de fato ou de direito);
- Qualquer declaração ou garantia prestada se revelar falsa e/ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- Alienação de ativos intangíveis, fixos e/ou imobilizados que correspondam, no mínimo de maneira individual ou agregada a 20% (vinte por cento) do EBITDA;
- Resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias;
- Se ocorrer a cassação da licença ambiental, quando aplicável, e de sentença condenatória

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

transitada em julgado, em razão da prática, pela Companhia, de atos que importem em trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proveito criminoso da prostituição ou danos ao meio ambiente; e

- Se houver redução do somatório de participações diretas e/ou indiretas de Marcelo Faria de Lima e Marcio da Rocha Camargo no capital social da Companhia dos atuais 40,90% (Aplicável somente aos contratos com o Banco do Brasil S.A.).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um saldo de empréstimos de R\$ 286,1 milhões.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de Vencimento	Montante
(em milhares de R\$)	
2021	30.730
2022	17.545
Total	48.275

Debêntures

7ª Emissão de Debêntures (R\$300.000.000,00):

Em 27 de novembro de 2017, a Companhia captou R\$300,0 milhões mediante a emissão de 30.000 debêntures com valor nominal de R\$10,0 mil cada, em série única, objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. A data de vencimento das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 3 (três) anos contados da data de emissão, portanto em 27 de novembro de 2020 ("Data de Vencimento"). As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os titulares das debêntures de preferência em relação aos demais credores quirografários da Companhia. As debêntures fazem jus a uma remuneração correspondente a 100,0% da variação média acumulada dos DI (Depósitos Interfinanceiros) ao ano acrescido acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. O pagamento da remuneração será realizado semestralmente. O valor nominal unitário das Debêntures será pago em três parcelas semestrais.

Covenant:

Dívida Líquida Financeira/EBITDA menor ou igual a 2,5 (duas) vezes e meia, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas anuais da Companhia.

Aplicam-se a esta emissão, cláusulas de vencimento antecipado, mencionadas adiante em "principais cláusulas de vencimento antecipado, comuns às emissões de debêntures".

8ª Emissão de Debêntures (R\$225.000.000,00):

Em 20 de junho de 2018, a Companhia captou R\$225,0 milhões mediante a emissão de 22.500 debêntures com valor nominal de R\$10,0 mil cada, em série única, objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, conforme aprovado pelo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conselho de Administração. A data de vencimento das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de emissão, portanto em 20 de junho de 2021 ("Data de Vencimento"). As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os titulares das debêntures de preferência em relação aos demais credores quirografários da Companhia. As debêntures fazem jus a uma remuneração correspondente a 100,0% da variação média acumulada dos DI (Depósitos Interfinanceiros) ao ano acrescido acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. O pagamento da remuneração será realizado semestralmente. O valor nominal unitário das Debêntures será pago em três parcelas semestrais, a partir do 1º ano.

Covenant:

Dívida Líquida Financeira/EBITDA menor ou igual a 2,5 (duas) vezes e meia, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas anuais da Companhia.

Aplicam-se a esta emissão, cláusulas de vencimento antecipado, mencionadas adiante em "principais cláusulas de vencimento antecipado, comuns às emissões de debêntures".

9ª Emissão de Debêntures (R\$200.000.000,00):

Em 5 de novembro de 2018, a Companhia captou R\$200,0 milhões mediante a emissão de 20.000 Debêntures com valor nominal de R\$10,0 mil cada, em série única, objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. A data de vencimento das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 30 (trinta) meses contados da data de emissão, portanto em 5 de maio de 2021 ("Data de Vencimento"). As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os titulares das debêntures de preferência em relação aos demais credores quirografários da Companhia. As debêntures fazem jus a uma remuneração correspondente a 100,0% da variação média acumulada dos DI (Depósitos Interfinanceiros) ao ano acrescido acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,20% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. O pagamento da remuneração será realizado mensalmente. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em 5 (cinco) parcelas, a serem pagas sempre no dia 5 (cinco) dos meses de maio e novembro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 05 de maio de 2019.

Covenant:

Dívida Líquida Financeira/EBITDA menor ou igual a 2,5 (duas) vezes e meia, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas anuais da Companhia.

Aplicam-se a esta emissão, cláusulas de vencimento antecipado, mencionadas adiante em "principais cláusulas de vencimento antecipado, comuns às emissões de debêntures".

10ª Emissão de Debêntures – 1ª série (R\$450.000.000,00):

Em 27 de fevereiro de 2019, a Companhia captou R\$ 450,0 milhões mediante a emissão de 45.000 debêntures com valor nominal de R\$10,0 mil cada, em série dupla, objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. A data de vencimento das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 3 (três) anos contados da data de emissão, portanto em 20 de março de 2022 ("Data de Vencimento"). As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os titulares das debêntures de preferência em relação aos demais credores quirografários da Companhia. As debêntures fazem jus a uma remuneração correspondente a 100,0% da variação média acumulada dos DI (Depósitos Interfinanceiros) ao ano acrescido acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

úteis. O pagamento da remuneração será realizado semestralmente. O valor nominal unitário das Debêntures será pago em duas parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 20 de setembro de 2021.

Covenant:

Dívida Líquida Financeira/EBITDA menor ou igual a 2,5 (duas) vezes e meia, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas anuais da Companhia.

Aplicam-se a esta emissão, cláusulas de vencimento antecipado, mencionadas adiante em "principais cláusulas de vencimento antecipado, comuns às emissões de debêntures".

10ª Emissão de Debêntures – 2ª série (R\$450.000.000,00):

Em 27 de fevereiro de 2019, a Companhia captou R\$450,0 milhões mediante a emissão de 45.000 debêntures com valor nominal de R\$10,0 mil cada, em série dupla, objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. A data de vencimento das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 4 (quatro) anos contados da data de emissão, portanto em 20 de março de 2023 ("Data de Vencimento"). As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os titulares das debêntures de preferência em relação aos demais credores quirografários da Companhia. As debêntures fazem jus a uma remuneração correspondente a 100,0% da variação média acumulada dos DI (Depósitos Interfinanceiros) ao ano acrescido acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,45% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. O pagamento da remuneração será realizado semestralmente. O valor nominal unitário das Debêntures será pago em quatro parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 20 de setembro de 2021.

Covenant:

Dívida Líquida Financeira/EBITDA menor ou igual a 2,5 (duas) vezes e meia, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas anuais da Companhia.

Aplicam-se a esta emissão, cláusulas de vencimento antecipado, mencionadas adiante em "principais cláusulas de vencimento antecipado, comuns às emissões de debêntures".

11ª Emissão de Debêntures (R\$100.000.000,00):

Em 04 de julho de 2019, a Companhia captou R\$100,0 milhões mediante a emissão de 10.000 debêntures com valor nominal de R\$10,0 mil cada, em série única, objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. A data de vencimento das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 59 (cinquenta e nove) meses contados da data de emissão, portanto em 27 de junho de 2024 ("Data de Vencimento"). As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os titulares das debêntures de preferência em relação aos demais credores quirografários da Companhia. As debêntures fazem jus a uma remuneração correspondente a 100,0% da variação média acumulada dos DI (Depósitos Interfinanceiros) ao ano acrescido acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,50% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. O pagamento da remuneração será realizado semestralmente. O valor nominal unitário das Debêntures será pago em dez parcelas semestrais.

Covenant:

Dívida Líquida Financeira/EBITDA menor ou igual a 2,5 (duas) vezes e meia, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas anuais da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Aplicam-se a esta emissão, cláusulas de vencimento antecipado, mencionadas adiante em "principais cláusulas de vencimento antecipado, comuns às emissões de debêntures".

Principais cláusulas de vencimento antecipado, comuns às emissões de debêntures:

- Descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias oriundas da emissão, em especial aquelas referentes ao pagamento do valor nominal unitário e da remuneração pactuados com relação às debêntures;
- Descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária não sanado nos prazos previstos nas Escrituras de Emissão;
- Inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer operação financeira ou acordo do qual a Companhia seja parte como devedora (incluindo, mas não se limitando a empréstimos no mercado local ou internacional, instrumentos derivativos e operações similares) ou de mercado de capitais, cujo valor unitário ou agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- Aquisição do controle da Companhia por pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum;
- Cisão, fusão ou incorporação, incluindo incorporação de ações, da Companhia, exceto se (i) previamente autorizada pelos Debenturistas; (ii) for realizada exclusivamente entre Companhia e controladas e/ou entre controladas da Companhia; ou (iii) assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (Aplicável somente à 6ª emissão de Debêntures)
- Protesto de títulos cujo montante individual ou agregado ultrapasse o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se o referido protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros devidamente comprovado, ou se for revogado ou cancelado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo protesto;
- Em caso de (i) decretação de falência, (ii) pedido de autofalência, (iii) pedido de falência formulado por terceiros não elidido ou rejeitado no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial independentemente e de deferimento ou homologação por juiz competente, ou (v) dissolução ou liquidação;
- Decisão de mérito transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, que imponha obrigação de pagamento em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que tal valor não seja pago ou garantido perante o juízo de execução no prazo legal;
- Ato de qualquer autoridade governamental com objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, ativos e propriedades em montante cujo valor isolado ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- Transformação do tipo societário, de sociedade por ações para sociedade empresária limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- Comprovação de que quaisquer das declarações realizadas são falsas, ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou incompletas na data e nas condições que foram prestadas;
- Alienação pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de participações societárias ou de ativos intangíveis, fixos e/ou imobilizados que correspondam, no mínimo, de maneira individual ou agregada a 20% (vinte por cento) do EBITDA;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações em relação às debêntures, ressalvando, entretanto, o pagamento mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações através da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio;
- Se as obrigações de pagar os detentores das debêntures deixarem de concorrer, no mínimo, em condições pari passu com as demais dívidas quirografárias, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal; e
- Mudança ou alteração no objeto social que modifique, de forma relevante, a atividade principal atualmente praticada.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um saldo de debêntures de R\$ 986,7 milhões.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de Vencimento	Montante
(em milhares de R\$)	
2021	339.429
2022	244.543
2023	37.133
2024	9.917
Total	631.022

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Diretoria da Companhia declara que nos últimos 3 exercícios sociais, não havia outras relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras que não tenham sido consideradas nas demonstrações e informações financeiras da Companhia.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os termos dos Empréstimos e das Debêntures estão descritos no item 10.1.f.(i) acima, sendo que a Companhia declara que em 31 de dezembro de 2019 e nos dois últimos exercícios sociais estava adimplente com suas obrigações.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, todo o limite contratado para empréstimo foi utilizado pela Companhia com um total de 100%.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como das demonstrações de resultado e das demonstrações dos fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são derivadas das demonstrações contábeis e/ou informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise das Demonstrações de Resultados Consolidados****Período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de**

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2019	AV	2018	AV	AH
Receita líquida de vendas	954.083	100,0	1.244.145	100,0	(23,3)
Custo dos produtos vendidos	(500.676)	(52,5)	(451.782)	(36,3)	10,8
Lucro bruto	453.407	47,5	792.363	63,7	(42,8)
Despesas gerais e administrativas	(150.137)	(15,7)	(101.914)	(8,2)	47,3
Despesas com vendas	(495.909)	(52,0)	(489.715)	(39,4)	1,3
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(4.607)	(0,5)	(815)	(0,1)	465,3
Outras receitas	157.820	16,5	83.218	6,7	89,6
Outras despesas	(47.402)	(5,0)	(9.142)	(0,7)	418,5
Resultado financeiro	(176.490)	(18,5)	(144.569)	(11,6)	22,1
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(263.318)	(27,6)	129.426	10,4	n.a
Imposto de renda e contribuição social	70.322	7,4	(25.963)	(2,1)	n.a
Lucro líquido (prejuízo)	(192.996)	(20,2)	103.463	8,3	n.a

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas apresentou uma redução de 23,3%, passando de R\$1.244,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$954,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A redução está diretamente relacionada à queda de faturamento, devido, principalmente, à estratégia de redução de vendas promocionais no varejo e pela redução de vendas para terceiros que operam em vendas pelo canal online, compensada parcialmente pelo término do efeito da desoneração da folha de pagamento que ocorria em 2018.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 aumento 10,8% em relação ao mesmo período de 2018, passando de R\$451,8 milhões em 2018 para R\$500,7 milhões em 2019, principalmente em decorrência das provisões para perdas de estoques.

(Despesas) Receitas Operacionais**Período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de**

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2019	AV	2018	AV	AH
Despesas gerais e administrativas	(150.137)	(15,7)	(101.914)	(8,2)	47,3
Despesas com vendas	(495.909)	(52,0)	(489.715)	(39,4)	1,3
Total	(646.046)	(67,7)	(591.629)	(47,6)	9,2

O quadro a seguir apresenta as despesas quanto à sua classificação por natureza, a fim de facilitar a comparação de períodos.

Período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2019	AV	2018	AV	AH
Despesas com pessoal	(252.303)	(26,4)	(230.673)	(18,5)	9,4
Despesas com ocupação	(90.731)	(9,5)	(148.785)	(12,0)	(39,0)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas com marketing	(65.269)	(6,8)	(83.664)	(6,7)	(22,0)
Comissão de cartão de crédito	(19.487)	(2,0)	(21.718)	(1,7)	(10,3)
Outras ⁽¹⁾	(65.383)	(6,9)	(40.090)	(3,2)	63,1
Sub Total	(493.172)	(51,7)	(524.930)	(42,2)	(6,0)
Depreciação e amortização	(152.873)	(16,0)	(66.699)	(5,4)	129,2
Total	(646.046)	(67,7)	(591.629)	(47,6)	9,2

⁽¹⁾ A rubrica "Outras" é formada por diversas contas, sendo elas: despesa com decoração de vitrine, despesa com consultorias e honorários advocatícios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas com pessoal aumentaram 9,4% em relação ao ano anterior, passando de 18,5% da receita líquida ou R\$230,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 26,4% da receita líquida ou R\$252,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento da despesa está relacionado ao efeito do término da desoneração da folha, que pela regra anterior o INSS era calculado sobre o faturamento e registrado na linha de impostos sobre faturamento. A partir de 2019 as despesas de INSS passaram a ser calculadas diretamente sobre a folha de pagamentos e, conseqüentemente, os efeitos que eram anteriormente registrados como deduções de vendas passaram a ser registrados como despesa com pessoal.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas com ocupação caíram 39,0% em relação ao ano anterior, passando de 12,0% da receita líquida ou R\$148,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 9,5% da receita líquida ou R\$90,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A queda está relacionada principalmente a adoção do IFRS 16, a Companhia substituiu as despesas fixas de aluguéis pela constituição de um direito de uso e um passivo de arrendamento financeiro. O direito de uso passa a produzir despesas de depreciação e o passivo de arrendamento passa a produzir efeitos de juros no resultado até o final do contrato. Veja impactos conforme abaixo:

Adoção do CPC 06 / IFRS 16

A nova norma CPC 06 / IFRS 16, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019, trouxe alterações na contabilização da parcela fixa dos aluguéis, enquadrados como arrendamento, exigindo o reconhecimento dos compromissos futuros em contrapartida aos ativos referentes ao seu direito de uso.

Período de <u>doze</u> meses encerrado em 31 de <u>dezembro</u> de (em milhares de R\$)	2019
Ocupação	(71.578)
Depreciação	59.245
Despesas gerais e administrativas	(12.333)
Financeira	19.439
Resultado	7.106

As demais despesas operacionais da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, excluindo a depreciação e amortização, passaram para R\$65,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 comparado a R\$40,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 63,1%, devido ao aumento nos gastos com decoração de vitrine, despesa com consultorias e honorários advocatícios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas com Depreciação e Amortização aumentaram em 129,2%, passando de 5,4% em relação à receita líquida de vendas ou R\$ 66,7 milhões no mesmo período de 2018 para 16,0% ou R\$ 152,9 milhões em 2019. Esse incremento está relacionado ao aumento de investimentos da Companhia em novas tecnologias e em desenvolvimento de novas coleções e à adoção do CPC 06/ IFRS 16, ou seja, a Companhia substituiu as despesas fixas de aluguéis pela constituição de um direito de uso e um passivo de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

arrendamento financeiro. O direito de uso passa a produzir despesas de depreciação e o passivo de arrendamento passa a produzir efeitos de juros no resultado até o final do contrato. O efeito da depreciação do CPC 06 / IFRS 16 foi de R\$59,2 milhões.

Período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2019	AV	2018	AV	AH
Outras receitas	157.820	16,5	83.218	6,7	89,6
Outras despesas	(47.402)	(5,0)	(9.142)	(0,7)	418,5
Total Outras receitas e despesas	110.418	11,6	74.076	6,0	49,1

Outras receitas e despesas somaram R\$110,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas a R\$74,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O acréscimo de R\$36,3 milhões está diretamente relacionado ao crédito fiscal no montante de R\$117,1 milhões relativo ao processo, transitado em julgado em maio de 2019, referente a exclusão de ICMS nas bases de cálculo de PIS e da COFINS relativo ao período de 2011 a 2016.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de R\$176,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$144,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento está relacionado ao impacto do CPC 06/ IFRS 16 no montante de R\$19,4 milhões (Veja comentários e explicações do CPC 06 / IFRS 16 acima) e ao maior endividamento da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O IRPJ e CSLL passaram de um débito de R\$26,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um crédito de R\$70,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Lucro (Prejuízo) Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o prejuízo líquido foi de R\$ 193,0 milhões, comparado a um lucro líquido de R\$103,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Análise das Demonstrações de Resultados Consolidados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de****(em milhares de R\$, exceto percentuais)**

	2018	AV	2017 REAPRESENTADO	AV	AH
Receita líquida de vendas	1.244.145	100,0	1.249.816	100,0	(0,5)
Custo dos produtos vendidos	(451.782)	(36,3)	(531.870)	(42,6)	(15,1)
Lucro bruto	792.363	63,7	717.946	57,4	10,4
Despesas gerais e administrativas	(101.914)	(8,2)	(227.371) ⁽¹⁾	(18,2)	(55,2)
Despesas com vendas	(489.715)	(39,4)	(380.848) ⁽¹⁾	(30,5)	28,6
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(815)	(0,1)	(6.079)	(0,5)	(86,6)
Impairment	-	-	(166.832)	(13,3)	(100,0)
Outras receitas	83.218	6,7	22.427	1,8	271,1
Outras despesas	(9.142)	(0,7)	(3.302)	(0,3)	176,9
Resultado financeiro	(144.569)	(11,6)	(169.781)	(13,6)	(14,8)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	129.426	10,4	(213.840)	(17,1)	n.a
Imposto de renda e contribuição social	(25.963)	(2,1)	634.408	50,8	n.a
Lucro líquido	103.463	8,3	420.568	33,7	(75,4)

⁽¹⁾ Os valores correspondentes relativos à demonstração de resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a fim de refletir a reclassificação do valor de R\$ 21.634 mil da despesa com comissões de cartão de crédito. A reclassificação desse montante para "despesas com vendas", ao invés de "despesas financeiras", reflete o entendimento de que tais despesas tem uma melhor correlação com a transação de venda realizada pela Companhia.

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas manteve-se estável, com variação negativa de 0,5%, passando de R\$ 1.249,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.244,1 milhões no exercício de 2018.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 caiu 15,1% em relação ao exercício de 2017, passando de R\$531,9 milhões em 2017 para R\$451,8 milhões em 2018, em linha com a variação da receita líquida mencionada anteriormente. Esta diminuição do custo em proporção a receita está relacionada em grande parte à estratégia de redução de vendas promocionais, tanto nos canais de desconto como na rede de lojas.

Despesas Operacionais**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de****(em milhares de R\$, exceto percentuais)**

	2018	AV	2017 REAPRESENTADO	AV	AH
Despesas gerais e administrativas	(101.914)	(8,2)	(227.371)	(18,2)	(55,2)
Despesas com vendas	(489.715)	(39,4)	(380.848)	(30,5)	28,6
Total	(591.629)	(47,6)	(608.219)	(48,7)	(2,7)

O quadro a seguir apresenta as despesas quanto à sua classificação por natureza.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2018	AV	2017 REAPRESENTADO	AV	AH
Despesas com pessoal	(230.673)	(18,5)	(199.533)	(16,0)	15,6
Despesas com ocupação	(148.785)	(12,0)	(143.801)	(11,5)	3,5
Despesas com vendas	(83.664)	(6,7)	(63.054)	(5,0)	32,7
Comissão de cartão de crédito	(21.718)	(1,7)	(21.634)	(1,7)	0,4
Outras	(40.090)	(3,2)	(64.935)	(5,2)	(38,3)
Sub Total	(524.930)	(42,2)	(492.957)	(39,4)	6,5
Despesas com depreciação e amortização	(66.699)	(5,4)	(115.262)	(9,2)	(42,1)
Total	(591.629)	(47,6)	(608.219)	(48,7)	(2,7)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas com pessoal aumentaram 15,6% em relação ao ano anterior, passando de 16,0% da receita líquida ou R\$199,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para 18,5% ou R\$230,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os aumentos de despesas estiveram concentrados em esforços de vendas, notadamente pessoal de loja.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas com vendas aumentaram 32,7% em relação ao ano anterior, passando de 5,0% da receita líquida ou R\$63,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para 6,7% ou R\$83,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os aumentos de despesas estiveram em linha com a estratégia da Companhia em intensificar suas ações de marketing.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas com depreciação e amortização caíram 42,1% em relação ao ano anterior, passando de 9,2% da receita líquida ou R\$115,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para 5,4% ou R\$66,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. A diminuição está relacionada ao *Impairment* de ativos realizados em 2017.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2018	AV	2017	AV	AH
Outras receitas	83.218	6,7	22.427	1,8	271,1
Outras despesas	(9.142)	(0,7)	(3.302)	(0,3)	176,9
Sub Total	74.076	6,0	19.125	1,5	287,3

Outras receitas e despesas somaram R\$74,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparadas a R\$19,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O acréscimo de R\$55,0 milhões está diretamente relacionado ao crédito fiscal no montante de R\$64,6 milhões relativo ao processo, transitado em julgado em setembro de 2018, referente a exclusão de ICMS nas bases de cálculo de PIS e da COFINS relativo ao período de 2001 a 2011.

Impairment

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 20 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração, aprovou a implementação do plano de reestruturação para 2018, que incluiu, dentre outras ações, o fechamento e reformulação de lojas, reformulação de parque industrial, fechamento e reformulações de centros administrativos e de distribuição, com o objetivo de maximizar a rentabilidade dos resultados da Companhia, além de gerar outros ganhos operacionais.

Como consequência desse Plano, a Companhia reconheceu em seus registros contábeis de 2017, nas rubricas de imobilizado e intangível, o montante de R\$166.834 relativos ao impairment (redução do valor recuperável dos ativos) dos respectivos ativos.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi de R\$144,6 milhões no exercício de 2018, comparado a R\$169,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A queda no volume de despesas é decorrente em grande parte da redução da taxa básica de juros, sendo que parte da queda não está aparente, pois o ano de 2018 foi impactado negativamente por uma variação cambial de R\$ 18,2 milhões ligada ao cenário de maior volatilidade cambial durante o período de eleições.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O IRPJ e CSLL foram de um débito de R\$26,0 milhões no exercício de 2018 para um crédito de R\$634,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O ano de 2017 foi impactado positivamente em R\$ 545,0 milhões que se refere ao imposto diferido sobre ágio decorrente da aquisição da Dudalina, o que não ocorreu em 2018.

Lucro (Prejuízo) Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido foi de R\$103,5 milhões, comparado a um lucro de R\$420,6 milhões no exercício de 2017.

Análise das Demonstrações de Resultados Consolidados

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2017 Sem Representação	AV	2016	AV	AH
Receita líquida de vendas	1.249.816	100,0	1.125.829	100,0	11,0
Custo dos produtos vendidos	(531.870)	(42,6)	(469.799)	(41,7)	13,2
Lucro bruto	717.946	57,4	656.030	58,3	9,4
Despesas gerais e administrativas	(233.450)	(18,7)	(208.571)	(18,5)	11,9
Despesas com vendas	(359.214)	(28,7)	(317.957)	(28,2)	13,0
Impairment	(166.832)	(13,3)	(20.123)	(1,8)	729,1
Outras receitas e despesas	19.125	1,5	(3.467)	(0,3)	n.a
Resultado financeiro	(191.415)	(15,3)	(194.983)	(17,3)	(1,8)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(213.840)	(17,1)	(89.071)	(7,9)	140,1
Imposto de renda e contribuição social	634.408	50,8	27.429	2,4	2.212,9
Lucro líquido	420.568	33,7	(61.642)	(5,5)	n.a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita Líquida de Vendas

Como resultado do exposto anteriormente, a receita líquida de vendas aumentou 11,0%, passando de R\$1.125,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.249,8 milhões no exercício de 2017. Esse aumento se deve a recuperação de produtividade de nossas lojas próprias, notado pelo crescimento de 13,4% em SSS (17,8% no primeiro trimestre, 21,1% no segundo, 14,9% no terceiro trimestre e 1,5% no quarto trimestre) e 22,0% em Produtividade, passando de R\$ 11,1 mil para R\$ 13,5 mil. Essa movimentação está em linha com o plano de reestruturação e foco em rentabilidade anunciado ao final de 2016, com a previsão do fechamento de lojas com menor rentabilidade e foco numa melhor gestão e abastecimento de produtos para as lojas com maior potencial.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 aumentou 13,2% em relação ao exercício de 2016, passando de R\$469,8 milhões em 2016 para R\$531,9 milhões em 2017, em linha com a variação da receita líquida mencionada anteriormente. Este aumento do custo em proporção a receita está relacionado em grande parte à provisões de estoque no valor de R\$ 51,8 milhões, relativas aos estoques de coleções passadas anteriores a 2017.

Vale mencionar que 2017 sofreu o impacto negativo de R\$ 7,3 milhões ligado, principalmente, a indenizações e despesas relacionadas ao fechamento de 2 plantas industriais e redução de área nos centros de distribuição, o que não ocorreu em 2016.

(Despesas) Receitas Operacionais

As despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram 12,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em comparação ao exercício de 2016.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as despesas com vendas (que incluem todas as despesas com pessoal e marketing da Companhia) aumentaram 13,0% em relação ao ano anterior, passando de 28,2% ou R\$318,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para 28,7% ou R\$359,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação em relação à receita líquida está em linha com a estratégia da Companhia em intensificar suas ações de marketing, passando de R\$ 36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 63,1 milhões no exercício de 2017.

As despesas gerais e administrativas (que incluem principalmente as despesas com ocupação e prediais) aumentaram 11,9% em relação à receita líquida de vendas, passando de 18,5% ou R\$208,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para 18,7% ou R\$233,5 milhões no exercício de 2017.

Outras receitas e despesas somaram R\$19,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparadas a outras despesas de R\$3,5 milhões no exercício de 2016.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de R\$195,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$191,4 milhões no exercício de 2017, sendo que, desse total, R\$21,6 milhões referem-se a taxas de comissão com os adquirentes de cartão de crédito.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O IRPJ e CSLL passaram de um crédito de R\$27,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para um crédito de R\$634,4 milhões no exercício de 2017. Esse montante refere-se ao ágio sobre a rentabilidade futura decorrente da aquisição da Dudalina.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Lucro (Prejuízo) Líquido**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido foi de R\$420,6 milhões, comparado a um prejuízo de R\$61,6 milhões no exercício de 2016.

Principais alterações nas Contas Patrimoniais Consolidadas

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de Dezembro de		Em 31 de Dezembro de		
	2019	AV	2018	AV	AH
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	467.206	10,9	247.735	6,7	88,6
Títulos e valores mobiliários	10.796	0,3	0	-	n.a
Contas a receber	78.243	1,8	59.964	1,6	30,5
Estoques	311.687	7,3	356.385	9,6	(12,5)
Imposto a recuperar	63.219	1,5	90.498	2,4	(30,1)
Despesas antecipadas	49.886	1,2	29.663	0,8	68,2
Outros créditos a receber	15.484	0,4	17.410	0,5	(11,1)
Total do ativo circulante	996.521	23,3	801.655	21,6	24,3
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósito judicial	4.434	0,1	6.822	0,2	(35,0)
Imposto a recuperar	181.675	4,2	64.678	1,7	180,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	744.742	17,4	674.420	18,2	10,4
Depósito garantia	1.787	0,0	1.444	0,0	23,8
Imobilizado	401.156	9,4	232.782	6,3	72,3
Intangível	1.953.773	45,6	1.926.628	52,0	1,4
Total do ativo não circulante	3.287.567	76,7	2.906.774	78,4	13,1
Total do ativo	4.284.088	100,0	3.708.429	100,0	15,5

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de Dezembro de		Em 31 de Dezembro de		
	2019	AV	2018	AV	AH
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	237.834	5,6	293.503	7,9	(19,0)
Debêntures	355.631	8,3	321.074	8,7	10,8
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.509	0,1	n.a
Fornecedores	317.793	7,4	224.562	6,1	41,5
Obrigações tributárias	41.880	1,0	32.832	0,9	27,6
Financiamentos de impostos e incentivos fiscais	-	-	4.375	0,1	n.a
Obrigações trabalhistas	49.306	1,2	39.615	1,1	24,5
Outras contas a pagar	7.796	0,2	15.977	0,4	(51,2)
Arrendamento mercantil financeiro	58.918	1,4	1.351	0,0	4.261,1
Mútuo a pagar	50.018	1,2	-	-	n.a
Provisão diversas	30.286	0,7	-	-	n.a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos a pagar	29	0,0	24.583	0,7	(99,9)
Total do passivo circulante	1.149.491	26,8	960.381	25,9	19,7
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	48.275	1,1	44.044	1,2	9,6
Debêntures	631.022	14,7	440.675	11,9	43,2
Obrigações tributárias	9.356	0,2	19.480	0,5	(52,0)
Arrendamento mercantil financeiro	150.135	3,5	11.065	0,3	1.256,8
Provisão para contingências	13.495	0,3	6.911	0,2	95,3
Total do passivo não circulante	852.283	19,9	522.175	14,1	63,2
Patrimônio líquido					
Capital social	958.750	22,4	700.000	18,9	37,0
Reserva de capital	903.642	21,1	912.505	24,6	(1,0)
Ajustes acumulados de conversão	(419)	(0,0)	31	0,0	n.a
Reserva de lucro	420.341	9,8	613.337	16,5	(31,5)
Total patrimônio líquido	2.282.314	53,3	2.225.873	60,0	2,5
Total do passivo e patrimônio líquido	4.284.088	100,0	3.708.429	100,0	15,5

Ativo

O ativo circulante cresceu 24,3%, atingindo R\$996,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$801,7 milhões em 31 de dezembro de 2018.

As principais variações foram de:

- (i) Aumento de R\$230,3 milhões, ou 92,9%, em caixa e equivalente de caixa, que passaram de R\$247,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$478,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado principalmente ao aumento de capital no montante de R\$ 258,8 milhões;
- (ii) Diminuição de R\$44,7 milhões em estoques, passando de R\$356,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$311,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado principalmente as provisões de perdas de estoques no valor de R\$163,4 milhões;
- (iii) Aumento de R\$18,3 milhões em contas a receber, passando de R\$60,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$78,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado principalmente ao volume de vendas no canal de atacado e multimarcas;
- (iv) Diminuição de R\$27,3 milhões em impostos a recuperar, passando de R\$90,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$63,2 milhões em 30 de dezembro de 2019, decorrente da utilização na compensação de impostos a pagar;
- (v) Aumento de R\$20,2 milhões, ou 68,2%, em despesas antecipadas, passando de R\$29,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$49,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado principalmente as futuras campanhas de marketing de final de ano;

O ativo não circulante aumentou R\$380,8 milhões, passando de R\$2.906,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$3.287,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente em consequência da combinação dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$ 168,4 milhões em imobilizado, passando de R\$ 232,8 milhões em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2018 para R\$ 401,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido principalmente pela adoção do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$201,3 milhões (veja comentários e explicações no quadro CPC 06 / IFRS 16 acima nesse mesmo tópico), a Companhia substituiu as despesas fixas de alugueis pela constituição de um ativo imobilizado e um passivo de arrendamento financeiro. O ativo imobilizado passa a produzir despesas de depreciação e o passivo de arrendamento passa a produzir efeitos de juros no resultado até o final do contrato; e

(ii) Aumento de R\$27,1 milhões no saldo de intangível, passando de R\$ 1.926,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.953,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido aos investimentos da Companhia em novas tecnologias e no desenvolvimento de novas coleções.

(iii) Aumento de R\$117,0 milhões no saldo de Impostos a Recuperar, passando de R\$ 64,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 181,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido ao crédito fiscal no montante de R\$117,1 milhões relativo ao processo, transitado em julgado em maio de 2019, referente a exclusão de ICMS nas bases de cálculo de PIS e da COFINS relativo ao período de 2011 a 2016.

Passivo

O saldo do passivo circulante foi de R\$1.149,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$960,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumentando 19,7%. As principais variações foram:

(i) Diminuição de R\$55,7 milhões em empréstimos e financiamentos, que passaram de R\$293,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$237,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da quitação de alguns empréstimos com os recursos captados via debêntures;

(ii) Aumento de R\$34,6 milhões em debêntures, que passaram de R\$321,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$355,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência do maior volume de emissão de debêntures para quitação de empréstimos;

(iii) Aumento de R\$93,2 milhões em fornecedores, passando de R\$224,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$317,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente do aumento de prazo de pagamentos;

(iv) Aumento de R\$ 57,6 milhões em Arrendamento mercantil financeiro, passando de R\$ 1,4 milhões para R\$ 58,9 milhões impactado principalmente pela adoção do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$ 53,0 milhões, a Companhia substituiu as despesas fixas de alugueis pela constituição de um ativo imobilizado e um passivo de arrendamento financeiro. O ativo imobilizado passa a produzir despesas de depreciação e o passivo de arrendamento passa a produzir efeitos de juros no resultado até o final do contrato;

(v) Redução de R\$ 24,6 milhões em Dividendos a pagar. Durante o segundo trimestre de 2019 houve a realização do pagamento de dividendos;

O passivo não circulante passou de R\$522,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$852,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

(i) Aumento de R\$190,3 milhões em debêntures, passando de R\$440,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$631,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, impactada pela décima emissão e décima primeira emissão de debêntures da Companhia e o cronograma de vencimentos das emissões anteriores;

(ii) Aumento de R\$139,1 milhões em arrendamento mercantil financeiro, passando de R\$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$150,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, impactada pela adoção do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$ 160,6 milhões, a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

substituiu as despesas fixas de aluguéis pela constituição de um direito de uso e um passivo de arrendamento financeiro. O direito de uso passa a produzir despesas de depreciação e o passivo de arrendamento passa a produzir efeitos de juros no resultado até o final do contrato;

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido aumentou 2,5%, passando de R\$2.225,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.282,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dos fatores explicados acima.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2018	AV	2017	AV	AH
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	247.735	6,7	409.740	11,1	(39,5)
Contas a receber	59.964	1,6	44.043	1,2	36,1
Estoques	356.385	9,6	291.961	7,9	22,1
Imposto a recuperar	90.498	2,4	119.684	3,2	(24,4)
Despesas antecipadas	29.663	0,8	16.862	0,5	75,9
Outros créditos a receber	17.410	0,5	13.618	0,4	27,8
Total do ativo circulante	801.655	21,6	895.908	24,3	(10,5)
Ativo não circulante Realizável a longo prazo					
Depósito judicial	6.822	0,2	6.147	0,2	11,0
Imposto a recuperar	64.678	1,7	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	674.420	18,2	700.383	19,0	(3,7)
Depósito garantia	1.444	0,0	-	-	-
Imobilizado	232.782	6,3	198.807	5,4	17,1
Intangível	1.926.628	52,0	1.889.702	51,2	2,0
Total do ativo não circulante	2.906.774	78,4	2.795.039	75,7	4,0
Total do ativo	3.708.429	100,0	3.690.947	100,0	0,5

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2018	AV	2017	AV	AH
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	293.503	7,9	389.946	10,6	(24,7)
Debêntures	321.074	8,7	78.576	2,1	308,6
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.509	0,1	-	-	-
Fornecedores	224.562	6,1	274.886	7,4	(18,3)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações tributárias	32.832	0,9	54.435	1,5	(39,7)
Financiamentos de impostos e incentivos fiscais	4.375	0,1	5.408	0,1	(19,1)
Obrigações trabalhistas	39.615	1,1	45.400	1,2	(12,7)
Outras contas	15.977	0,4	29.569	0,8	(46,0)
Arrendamento mercantil e financeiro	1.351	0,0	1.287	0,0	5,0
Dividendos a pagar	24.583	0,7	96.525	2,6	(74,5)
Total do passivo circulante	960.381	25,9	976.032	26,4	(1,6)
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	44.044	1,2	206.114	5,6	(78,6)
Debêntures	440.675	11,9	338.276	9,2	30,3
Obrigações tributárias	19.480	0,5	1.659	0,0	1.074,2
Financiamentos de impostos e incentivos fiscais	-	-	3.621	0,1	(100,0)
Arrendamento mercantil financeiro	11.065	0,3	12.415	0,3	(10,9)
Provisão para contingências	6.911	0,2	6.335	0,2	9,1
Total do passivo não circulante	522.175	14,1	568.420	15,4	(8,1)
Patrimônio líquido	700.000	18,9	417.038	11,3	67,9
Capital social					
Reserva de capital	912.505	24,6	1.195.011	32,4	(23,6)
Ajustes acumulados de conversão	31	0,0	-	-	-
Reserva de lucro	613.337	16,5	534.446	14,5	14,8
Total patrimônio líquido	2.225.873	60,0	2.146.495	58,2	3,7
Total do passivo e patrimônio líquido	3.708.429	100,0	3.690.947	100,0	0,5

Ativo

O ativo circulante decresceu 10,5%, atingindo R\$801,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, em comparação a R\$895,9 milhões em 31 de dezembro de 2017.

As principais variações foram de:

(i) Diminuição de R\$162,0 milhões, ou 39,5%, em caixa e equivalente de caixa, que foram de R\$247,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$409,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, relacionado principalmente ao consumo de caixa gerado pelas atividades de investimento e financiamento da Companhia;

(ii) Aumento de R\$64,4 milhões em estoques, que foram R\$356,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$292,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, relacionado principalmente a problemas operacionais devido a transferência de um centro de distribuição e operação fabril para Goiás ao final de 2017, impactando vendas e a operação durante o início de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2018;

(iii) Aumento de R\$ 16,0 milhões em contas a receber, que foi de R\$60,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$44,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, relacionado principalmente ao aumento do volume de vendas no canal de atacado e multimarcas;

(iv) Diminuição de R\$29,2 milhões em impostos a recuperar, passando de R\$119,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$90,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, em linha com o volume de impostos devido a operação da companhia, notadamente PIS/COFINS;

(v) Aumento de R\$12,8 milhões, ou 75,7%, em despesas antecipadas, passando de R\$16,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$29,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação está em linha com a estratégia da Companhia em intensificar suas ações de marketing;

O ativo não circulante aumentou R\$111,8 milhões, passando de R\$2.795,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.906,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente em consequência da combinação dos seguintes eventos:

(iv) Diminuição de R\$26,0 milhões no saldo de imposto de renda diferido, passando de R\$ 700,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 674,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido a aproveitamento do saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social no período; e

(v) Aumento de R\$ 34,0 milhões em imobilizado, passando de R\$ 198,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 232,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido principalmente aos investimentos de manutenção e formas da base de lojas existentes e das fábricas; e

(vi) Aumento de R\$36,9 milhões no saldo de intangível, passando de R\$ 1.889,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.926,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido aos investimentos da Companhia em novas tecnologias e no desenvolvimento de novas coleções.

Passivo

O saldo do passivo circulante passou de R\$976,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$960,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 1,6%. As principais variações foram:

(i) Diminuição de R\$96,4 milhões em empréstimos e financiamentos, que passaram de R\$389,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$293,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, em linha com o cronograma de vencimento e renovação de dívidas da Companhia;

(ii) Aumento de R\$242,5 milhões em debêntures, que passaram de R\$78,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$321,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, em decorrência do maior volume de emissões de debêntures;

(iii) Diminuição de R\$50,3 milhões em fornecedores, passando de R\$274,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$224,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, em linha com o maior volume de importações praticados em 2018;

(iv) Diminuição de R\$ 5,8 milhões em obrigações trabalhistas, passando de R\$ 45,4 milhões para R\$ 39,6 milhões impactado principalmente diminuição do quadro de funcionários da Companhia; e

(v) Diminuição de R\$ 13,6 milhões em outras contas a pagar, passando de R\$ 29,6 milhões para R\$ 16,0 milhões impactado principalmente diminuição na conta de aluguel a pagar, em linha com as renegociações com as administradoras de shopping center e com a diminuição do número de lojas.

O passivo não circulante passou de R\$568,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$522,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(iii) Redução de R\$162,1 milhões em empréstimos, passando de R\$206,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$44,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, em linha com o cronograma de vencimento de dívidas da companhia e suas renovações; e

(iv) Aumento de R\$102,4 milhões em debêntures, passando de R\$338,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$440,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, impactada pela oitava emissão e nona emissão de debêntures da Companhia e o cronograma de vencimentos das emissões anteriores;

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido aumentou 3,7%, passando de R\$2.146,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.225,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, em consequência, principalmente, do aumento de R\$78,9 milhões da reserva de lucro, passando de R\$534,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$613,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, em linha com a geração de lucro do exercício.

Fluxos de Caixa

Segue abaixo o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios indicados e a análise dos fluxos de caixa operacionais, de investimento e financiamento:

	Período de doze meses findo em		
	31 de dezembro de		
(Em milhares de R\$)	2019	2018	AH
Caixa Líquido Utilizado pelas Atividades Operacionais	70.467	91.979	30,5
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(112.264)	(149.128)	32,8
Caixa Líquido Gerado (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	261.268	(104.856)	n.a
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	219.471	(162.005)	n.a
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	247.735	409.740	65,4
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	467.206	247.735	(47,0)

	Exercício findo em		
	31 de dezembro de		
(Em milhares de R\$)	2018	2017	AH
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	91.979	147.965	(37,8)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(149.097)	(114.210)	30,6
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(104.887)	(429)	24.349,2
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(162.005)	33.326	n.a
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	409.740	376.414	8,9
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	247.735	409.740	(39,5)

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

O Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 92,0 milhões com uma variação de R\$ 56,0 milhões contra o ano anterior devido, principalmente, a um consumo de R\$ 164,6 milhões maior que 2017 em itens de capital de giro, conforme detalhado na explicação sobre itens de balanço. A variação de 2017 em comparação a 2016, passando de R\$ 253,1 milhões para R\$ 148,0 milhões, está principalmente relacionada a um consumo R\$ 131,5 milhões a maior no consumo de capital de giro, também detalhado no tópico anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado nas atividades

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

operacionais foi de R\$70,5 milhões, com uma variação de R\$21,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em que foi de R\$92,0 milhões. Esse consumo ocorreu principalmente em função do consumo de capital de giro da Companhia.

Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$112,6 milhões, comparado a R\$ 149,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, redução de 32,8%.

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$149,1 milhões, comparado a R\$114,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 30,6%. O aumento decorre, principalmente, do maior volume de investimentos em (i) reformas e manutenção das lojas existentes e showroom; (ii) ampliação da unidade fabril em Terra Boa e aprimoramento da unidade fabril e centro de distribuição em Aparecida de Goiânia; e (iii) operação de retaguarda e outras, incluindo: centros de distribuição, desenvolvimento de sistemas(ERP).

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$261,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de R\$ 104,9 milhões, devido principalmente, à captação de R\$873,5 milhões em empréstimos e debentures, R\$713,9 milhões de pagamento de empréstimos e debêntures (principal e juros) e R\$24,5 milhões de pagamento de dividendos.

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento foi de R\$104,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$0,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, aumento de 24.349,2%, devido principalmente, ao pagamento de R\$86,2 milhões em juros.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 31 de dezembro de 2019, as receitas da Companhia decorriam principalmente da comercialização dos seus produtos por meio de 255 lojas próprias, 31 lojas *outlets*, 29 franqueadas, 1 loja multimarca, *e-commerce* e por meio de lojas multimarcas espalhadas pelo território brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2018, as receitas da Companhia decorriam principalmente da comercialização dos seus produtos por meio de 257 lojas próprias, 30 lojas *outlets*, 23 franqueadas, 1 loja multimarca, *e-commerce* e por meio de lojas multimarcas espalhadas pelo território brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2017, as receitas da Companhia decorriam principalmente da comercialização dos seus produtos por meio de 286 lojas próprias, 39 lojas *outlets*, 14 franquias, 1 loja multimarca, *e-commerce* e por meio de lojas multimarcas espalhadas pelo território brasileiro.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que impactam as vendas são:

Aceitação do público em relação aos produtos das coleções. A Companhia desenvolve anualmente duas coleções principais (Primavera/Verão e Outono/Inverno). Em cada coleção, desenvolve um elevado número de peças exclusivas. Essas peças são baseadas nas análises das equipes de estilistas, que estudam tendências nacionais e internacionais de moda e comportamento. A receita depende da aceitação dos produtos por parte dos clientes, assim como de sua adequada precificação.

Sazonalidade. O mercado de varejo de vestuário é marcado por sazonalidade, que fica evidenciada principalmente no último trimestre do ano, devido às datas comemorativas. Outro fator que influencia a sazonalidade são as liquidações, que ocorrem ao final de cada coleção principal, geralmente nos meses de janeiro/ fevereiro e junho/ julho. As liquidações geram um aumento nas vendas, porém trazem uma diminuição na margem bruta, uma vez que a Companhia comercializa produtos com descontos em relação aos preços praticados logo após o lançamento das coleções e durante a alta estação. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período de promoção.

Preço e Promoção. Os resultados em termos de margem bruta, margem EBITDA e lucro líquido apresentam historicamente variação durante o ano. No primeiro trimestre, os resultados são negativamente afetados pela liquidação realizada no mês de janeiro/fevereiro e no segundo trimestre ou terceiro trimestre pela liquidação que acontece em junho/julho.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços, pela variação no número de lojas próprias, bem como pela variação do número de lojas multimarcas que compramos produtos da Companhia para revenda. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Receita líquida de vendas da Companhia alcançou R\$ 954,1 milhões, apresentando uma queda de -23,3% em relação ao exercício de 2018, no qual totalizou R\$1.244,1 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Receita líquida de vendas da Companhia alcançou R\$1.244,1 milhões, apresentando estabilidade e variação de -0,5% em relação ao exercício de 2017, no qual totalizou R\$1.249,8 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018 são explicados principalmente (i) pela redução no número de lojas, que passaram de 327 lojas próprias ao final de 2016 para 257 lojas próprias em 31 de dezembro de 2018; (ii) aumento do número total de clientes da Companhia; (iii) desenvolvimento de novos canais de venda, como as vendas online.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Historicamente, os resultados da Companhia não foram afetados de maneira relevante em razão de variações em preços de matéria-prima (incluindo algodão), taxa de câmbio, inflação e taxa de juros.

A Companhia possui uma parcela dos custos e despesas operacionais incorrida em reais e reajustada pela inflação, compensada pela melhoria contínua de sua eficiência operacional. Por exemplo, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, apesar da inflação de 4,31% e da desvalorização do real frente ao dólar, a Companhia reduziu suas despesas operacionais, excetuando depreciação, amortização e *impairment* (já que os ativos que geram essas despesas já foram pagos, portanto não sofrem reajustes por tais indicadores), em 17,5% em relação ao ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável, uma vez que não houve a criação ou alienação de segmento operacional nos últimos 3 exercícios sociais.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária com efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia nos últimos três exercícios sociais. No entanto, a Companhia monitora constantemente o setor de varejo de vestuário brasileiro e analisa oportunidades de aquisição estratégicas complementares ao seu negócio. A Companhia considera a possibilidade de aquisições de empresas e negócios no mesmo segmento operacional, com potencial de crescimento, sinergias com a operação atual e que possam contribuir para o crescimento dos seus negócios e resultados.

(c) Eventos ou operações não usuais

Em 21 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou um plano de reestruturação, a ser implementado ao longo de 2017, incluindo, dentre outras ações, o fechamento de lojas envolvendo as marcas Restoque e Dudalina, como objetivo de maximizar a rentabilidade dos resultados do Grupo, além de gerar outros ganhos operacionais.

Como consequência desse Plano, a Companhia reconheceu em seus registros contábeis de 2016, nas rubricas de imobilizado e intangíveis o montante de R\$ 20,1 milhões relativos ao *impairment* (redução do valor recuperável dos ativos) das respectivas lojas que serão fechadas.

Em 20 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração, aprovou a implementação do plano de reestruturação para 2018, que incluiu, dentre outras ações, o fechamento de lojas, fechamento de fábricas, fechamento e reformulações de centros administrativos e de distribuição, reformulação de lojas e parque industrial, com o objetivo de maximizar a rentabilidade dos resultados da Companhia, além de gerar outros ganhos operacionais. Desta forma, foram reconhecidos R\$ 166,8 milhões relativos ao *impairment* de ativos industriais e lojas que seriam reestruturados.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Receita de contratos com clientes

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

A nova norma IFRS 16 determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da Deliberação nº787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale a IFRS em questão. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. De acordo com os novos preceitos da normativa vigente, atualmente a Companhia, como arrendatária, possui somente contratos de arrendamentos de imóveis. Nestes casos, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e os contabilizará como um único componente de arrendamento.

Para a identificação se o contrato contém ou não um componente de arrendamento, a Companhia decidiu aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que a Companhia aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) à todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamento de acordo

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

com o CPC 06 (R1)/IAS 7 e a ICPC 03/IFRIC4. Dentro desta abordagem se enquadraram no escopo da norma para Companhia, os contratos de aluguéis que possuem um valor de aluguel mínimo fixo.

Como arrendatária

Dos contratos que foram escopo da norma, a Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento foi correspondente ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, quando identificamos a "razoável certeza" da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando uma taxa de desconto. A taxa de desconto corresponde às cotações de mercado e a Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com o prazo médio para os contratos que apresentam características semelhantes.

Como arrendatário, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia apresenta passivos de arrendamento em "arrendamento mercantil financeiro" no balanço patrimonial.

Políticas contábeis significativas

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Empresa usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. A Companhia considera a opção de renovação somente para os imóveis localizados em shopping centers, cujo vencimento do contrato se dê num horizonte de 12 meses.

Transição

Anteriormente, a Companhia classificava arrendamentos de imóveis como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Esses arrendamentos incluem as instalações de depósito e fábrica. Os arrendamentos geralmente são contratados por um período de 5 anos. Alguns arrendamentos incluem uma opção de renovação por mais cinco anos após o final do período não cancelável.

Alguns arrendamentos são ajustados por índices inflacionários, como IGP-M ou IPCA.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial - a Companhia aplicou esta abordagem ao seu maior arrendamento de imóvel; A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/IAS 17.
- Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

Como arrendador

A Companhia não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

Impacto nas informações trimestrais

Impacto na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16: não houve impacto em lucros acumulados, pois o valor reconhecido do ativo foi igual ao do passivo.

Em milhares de Reais	1º de janeiro de 2019
Novos ativos de direito de uso apresentados no ativo imobilizado	217.096
Imposto diferido ativo	-
Passivo de arrendamento	217.096
Lucros acumulados	-

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 8,95%.

Em milhares de Reais	1º de janeiro de 2019
Contrato de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018.	264.423
Descontado utilizando a taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019	(47.328)
Passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019	217.095

Impactos no período Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2) /IFRS 16, em relação

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 201.331 de ativos de direito de uso e R\$ 214.844 de passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 44,4 milhões de depreciação e R\$ 13,4 milhões de juros destes arrendamentos.

CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias e produtos). Portanto, no exercício de 2018 e no período findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC38/IAS39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/ IFRS9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Para derivativos designados como instrumentos de hedge.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC48/IFRS9 na Classificação e Mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC38/IAS39 e as novas categorias de mensuração do CPC48/IFRS9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	e	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Caixa e bancos	Empréstimos Recebíveis	e	Ativo Financeiro ao Custo Amortizado	9.146	9.146
Aplicações financeiras	Empréstimos Recebíveis	e	Valor Justo por Meio de Resultado	238.589	238.589
Contas a receber de clientes	Empréstimos Recebíveis	e	Custo Amortizado	52.268	52.268
Clientes – Administradora de cartões de crédito	Empréstimos Recebíveis	e	Valor Justo por Meio de Resultado	7.696	7.696
Outros créditos a receber	Empréstimos Recebíveis	e	Custo Amortizado	17.410	17.410

Redução ao valor recuperável "modelo de perdas em crédito esperadas"

O IFRS 9 permite que o uso de uma "matriz de provisão" como uma simplificação para se calcular a perda de crédito esperada, desde que seja consistente com os princípios gerais para mensurar perdas de crédito esperadas. A matriz de provisão é baseada em taxas de inadimplência históricas e esperadas ao longo da vida das contas a receber de clientes e é ajustada por informações macro econômicas prospectivas. As matrizes de provisão devem ser preparadas para diferentes segmentos de clientes que apresentarem padrões de perda significativamente diferentes. Critérios previstos no IFRS 9 para a segregação dos clientes incluem região geográfica, tipo de produto, classificação do cliente etc. Devido à irrelevância dos índices de inadimplência experimentados historicamente pela Companhia, em estudo realizado sobre a adoção do CPC 48/IFRS 9 a Companhia concluiu pela necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos esperadas devido à sua imaterialidade.

Os demais aspectos alterados pela norma não produziram efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas e ênfases nos pareceres dos auditores referentes às demonstrações financeiras encerradas em 2017 e 2016.

Em 2018, houve uma ênfase que chama atenção para a nota explicativa 3.1 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes das demonstrações de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reapresentados. A opinião dos auditores independentes não foi ressalvada em relação a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que a preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(i) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de premissas nas quais a Administração acredita, com base nos dados históricos e informações disponíveis para o mercado. O valor recuperável é sensível às premissas adotadas, incluindo a taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. A Companhia não identificou condições ou evidências que pudessem indicar a deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos ou de sua Controlada nos exercícios apresentados.

Esse assunto é considerado significativo, devido ao julgamento inerente ao processo de determinação de estimativas dos fluxos de caixa futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e/ou a Controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, não materialização, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iii) Provisão para perdas em estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perda se analisada para cada grupo dos estoques (produtos acabados e matérias-primas).

(iv) Vida útil de ativos não circulantes

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida econômica dos bens, revisadas anualmente.

(v) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

social sobre o lucro tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela Administração, cujo horizonte temporal é normalmente de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.

(vi) Fundo de Comércio

O fundo de comércio é um direito adquirido com terceiros, fundamentado na existência de um ponto comercial onde se localizam as Lojas da Companhia e da sua Controlada. Trata-se de um ativo intangível comercializável que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo e por este motivo não são amortizados. A Companhia realiza teste de recuperação dos valores destes ativos anualmente a fim de monitorar a recuperabilidade dos mesmos. Baseado em estimativas de crescimento definidas pela Administração, o valor recuperável é calculado utilizando projeções de fluxo de caixa das unidades geradoras de caixa descontado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável, uma vez que não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem em seu balanço patrimonial.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, uma vez que não carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, que não aparecem em seu balanço patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, que não aparecem em seu balanço patrimonial.

iv. contrato de construção não terminada

Não aplicável, uma vez que não há contrato de construção não terminada, que não aparecem em seu balanço patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, uma vez que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos, que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras mencionados no item 10.6 deste Formulário de Referência.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras mencionados no item 10.6 deste Formulário de Referência.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras mencionados no item 10.6 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**(a) Investimentos ,incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga seus planos de negócio.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga seus planos de negócio.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga seus planos de negócio.

(b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga seus planos de negócio.

(c) Novos produtos e serviços (incluindo descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados, e montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga seus planos de negócio.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga seus planos de negócio.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga seus planos de negócio.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga seus planos de negócio.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos à demonstração de resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a fim de refletir a reclassificação do valor da despesa com comissões de cartão de crédito.

A reclassificação desses montantes para “despesas com vendas”, ao invés de “despesas financeiras”, reflete o entendimento de que tais despesas tem uma melhor correlação com a transação de venda realizada pela Companhia.

Abaixo, está a tabela com as reclassificações realizadas:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(em milhares de R\$)	2017 Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado 2017
Receita líquida de vendas	1.249.816	-	1.249.816
Custo dos produtos vendidos	(531.870)	-	(531.870)
Lucro bruto	717.946	-	717.946
Despesas gerais e administrativas	(233.450)	-	(227.371)
Despesas com vendas	(359.214)	(21.634)	(380.848)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(6.079)
<i>Impairment</i>	(166.832)	-	(166.832)
Outras receitas	19.125	-	22.427
Outras despesas	-	-	(3.302)
Resultado financeiro	(191.415)	21.634	(169.781)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(213.840)	-	(213.840)
Imposto de renda e contribuição social	634.408	-	634.408
Lucro líquido	420.568	-	420.568

Investimentos e Desinvestimentos de Capital

Durante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia investiu R\$ 105,5 milhões, dos quais (i) R\$ 32,9 milhões correspondem a ativo imobilizado tais como investimentos em plantas industriais e centro de distribuição, buscando uma maior eficiência e produtividade; e (ii) R\$ 73,5 milhões de gastos com intangíveis, tais como: desenvolvimento de coleção e investimentos em desenvolvimento de solução tecnológica nova para vendas online, omnichannel, equipamentos para checkout móvel.

Ao longo do exercício de 2018, a Companhia investiu R\$ 149,1 milhões, dos quais (i) R\$ 85,3 milhões correspondem a gastos com intangíveis tais como: desenvolvimento de coleção, implantação e licença de software; (ii) 34,7 milhões correspondem a ativo imobilizado tais como reformas das lojas existentes; (iii) 10,2 milhões correspondem investimentos em ampliação da unidade fabril em Terra Boa e aprimoramento da unidade fabril e centro de distribuição em Aparecida de Goiânia; e (iv) 6,3 milhões correspondem investimentos relacionados às novas tecnologias de varejo como Checkout Mobile e Omnichannel.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia investiu R\$114,2 milhões, dos quais (i) R\$42,0 milhões correspondem a ativo imobilizado tais como reformas das lojas existentes, notadamente a revitalização de conceito nas lojas Rosa Chá e Dudalina, e novo centro de distribuição e unidade fabril em Aparecida de Goiânia; e (ii) R\$ 72,4 milhões de gastos

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

com desenvolvimento de coleção.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia investiu R\$71,1 milhões, dos quais (i) R\$16,4 milhões correspondem a ativo imobilizado tais como reforma e revitalização de pontos de venda existentes, investimentos de retaguarda e centro de distribuição; e (ii) R\$54,7 milhões em gastos com desenvolvimento de coleção.